

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL

Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro	7
Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março	11
Lei nº 59/2007, de 4 de setembro	19

LIVRO I Parte geral	43
TÍTULO I Da lei criminal	43
CAPÍTULO ÚNICO Princípios gerais	43
TÍTULO II Do facto	45
CAPÍTULO I Pressupostos da punição	45
CAPÍTULO II Formas do crime	49
CAPÍTULO III Causas que excluem a ilicitude e a culpa	50
TÍTULO III Das consequências jurídicas do facto	52
CAPÍTULO I Disposição preliminar	52
CAPÍTULO II Penas	53
SECÇÃO I Penas de prisão, de multa e de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	53
SECÇÃO II Suspensão da execução da pena de prisão	56
SECÇÃO III Prestação de trabalho a favor da comunidade e admoestação	59
SECÇÃO IV Liberdade condicional	61
CAPÍTULO III Penas acessórias e efeitos das penas	62
CAPÍTULO IV Escolha e medida da pena	65
SECÇÃO I Regras gerais	65
SECÇÃO II Reincidência	67
SECÇÃO III Punição do concurso de crimes e do crime continuado	68
SECÇÃO IV Desconto	68
CAPÍTULO V Pena relativamente indeterminada	69
SECÇÃO I Delinquentes por tendência	69

SECÇÃO II Alcoólicos e equiparados	70
SECÇÃO III Disposições comuns	71
CAPÍTULO VI Pessoas colectivas	71
CAPÍTULO VII Medidas de segurança	75
SECÇÃO I Internamento de inimputáveis	75
SECÇÃO II Suspensão da execução do internamento	76
SECÇÃO III Execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade	77
SECÇÃO IV Medidas de segurança não privativas da liberdade	78
CAPÍTULO VIII Internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	80
CAPÍTULO IX Perda de instrumentos, produtos e vantagens	81
TÍTULO IV Queixa e acusação particular	83
TÍTULO V Extinção da responsabilidade criminal	85
CAPÍTULO I Prescrição do procedimento criminal	85
CAPÍTULO II Prescrição das penas e das medidas de segurança	87
CAPÍTULO III Outras causas de extinção	88
TÍTULO VI Indemnização de perdas e danos por crime	88
LIVRO II parte especial	91
TÍTULO I Dos crimes contra as pessoas	91
CAPÍTULO I Dos crimes contra a vida	91
CAPÍTULO II Dos crimes contra a vida intra-uterina	93
CAPÍTULO III Dos crimes contra integridade física	95
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a liberdade pessoal	99
CAPÍTULO V Dos crimes contra liberdade e autodeterminação sexual	103
SECÇÃO I Crimes contra a liberdade sexual	103
SECÇÃO II Crimes contra a autodeterminação sexual	105
CAPÍTULO VI Dos crimes contra a honra	109
CAPÍTULO VII Dos crimes contra a reserva da vida privada	111
CAPÍTULO VIII Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais	113
TÍTULO II Dos crimes contra o património	114
CAPÍTULO I Disposição preliminar	114
CAPÍTULO II Dos crimes contra a propriedade	115
CAPÍTULO III Dos crimes contra o património em geral	120
CAPÍTULO IV Dos crimes contra direitos patrimoniais	124
CAPÍTULO V Dos crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente	126
TÍTULO III Dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	127
TÍTULO IV Dos crimes contra a vida em sociedade	129
CAPÍTULO I Dos crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	129

SECÇÃO I Dos crimes contra a família	129
SECÇÃO II Dos crimes contra sentimentos religiosos	130
SECÇÃO III Dos crimes contra o respeito devido aos mortos	131
CAPÍTULO II Dos crimes de falsificação	131
SECÇÃO I Disposição preliminar	131
SECÇÃO II Falsificação de documentos	132
SECÇÃO III Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	134
SECÇÃO IV Falsificação de cunhos, pesos e o objectos análogos	136
SECÇÃO V Disposição comum	137
CAPÍTULO III Dos crimes de perigo comum	137
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a segurança das comunicações	145
CAPÍTULO V Dos crimes contra a ordem e tranquilidade públicas	148
SECÇÃO I Dos crimes de anti-socialidade perigosa	148
SECÇÃO II Dos crimes contra a paz pública	148
SECÇÃO III Dos crimes contra sinais de identificação	150
TÍTULO V Dos crimes contra o Estado	151
CAPÍTULO I Dos crimes contra a segurança do Estado	151
SECÇÃO I Dos crimes contra a soberania nacional	151
SUBSECÇÃO I Dos crimes contra a independência e a integridade nacionais	151
SUBSECÇÃO II Dos crimes contra estados estrangeiros e organizações internacionais	153
SECÇÃO II Dos crimes contra a realização do estado de direito	154
SECÇÃO III Dos crimes eleitorais	157
SECÇÃO IV Disposições comuns	159
CAPÍTULO II Dos crimes contra a autoridade pública	159
SECÇÃO I Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública	159
SECÇÃO II Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	160
SECÇÃO III Da violação de providências públicas	161
SECÇÃO IV Usurpação de funções	162
CAPÍTULO III Dos crimes contra a realização da justiça	162
CAPÍTULO IV Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas	167
SECÇÃO I Da corrupção	167
SECÇÃO II Do peculato	168
SECÇÃO III Do abuso de autoridade	170
SECÇÃO IV Da violação de segredo	171
SECÇÃO V Do abandono de funções	172
SECÇÃO VI Disposição geral	172
TÍTULO VI Dos crimes contra animais de companhia	173

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO

Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de dezembro	175
Decreto-Lei nº 316/97 de 19 de novembro	179
Lei nº 48/2005, de 29 de agosto	183
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	185
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	188
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	189
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	191
CAPÍTULO V Disposições finais	192

REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS

Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro	193
--	-----

REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES

Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	199
---	-----

I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral

CAPÍTULO I Âmbito de vigência	203
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	204
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	206
CAPÍTULO IV Prescrição	208
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	210

II PARTE Do processo de contra-ordenação

CAPÍTULO I Da competência	210
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	212
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	213
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	216
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	220
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	221
CAPÍTULO VII Processos especiais	222
CAPÍTULO VIII Da execução	222
CAPÍTULO IX Das custas	224
CAPÍTULO X Disposição final	225

INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de janeiro	227
CAPÍTULO I Princípios gerais	233

CAPÍTULO II Dos crimes contra a economia e contra a saúde pública	233
SECÇÃO I Princípios gerais	233
SECÇÃO II Dos crimes em especial	239
SUBSECÇÃO I Crimes contra a saúde pública	239
SUBSECÇÃO II Crimes contra a economia	239
SECÇÃO III Do processo	247
CAPÍTULO III Das contra-ordenações	250
SECÇÃO I Princípios gerais	250
SECÇÃO II Das contra-ordenações em especial	251
SECÇÃO III Do processo	255
CAPÍTULO IV Definições e classificações	258
CAPÍTULO V Disposições finais	260
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
Lei nº 15/2001, de 5 de junho	263
PARTE I Princípios gerais	267
CAPÍTULO I Disposições comuns	267
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	271
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	275
PARTE II Do processo	279
CAPÍTULO I Processo penal tributário	279
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	284
SECÇÃO I Disposições gerais	284
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	289
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	289
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	293
PARTE III Das infracções tributárias em especial	294
TÍTULO I Crimes tributários	294
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	294
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	296
CAPÍTULO III Crimes fiscais	300
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	302
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	303
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	303
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	308
CRIMES DA RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	
Lei nº 34/87, de 16 de julho	317
CAPÍTULO I Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral	317

CAPÍTULO II Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em especial	319
CAPÍTULO III Dos efeitos das penas	325
CAPÍTULO IV Regras especiais de processo	326
CAPÍTULO V Da responsabilidade civil emergente de crime de responsabilidade de titular de cargo político	328
CAPÍTULO VI Disposição final	329
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS	
Lei nº 50/2007, de 31 de agosto	331
CAPÍTULO I Disposições gerais	331
CAPÍTULO II Crimes	333
CAPÍTULO III Disposições finais	336
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro	337
CAPÍTULO I Disposições gerais	337
CAPÍTULO II Autorizações, fiscalização e prescrições médicas	338
CAPÍTULO III Tráfico, branqueamento e outras infracções	344
CAPÍTULO IV Consumo e tratamento	351
CAPÍTULO V Legislação subsidiária	353
CAPÍTULO VI Regras especiais	356
CAPÍTULO VII Contra-ordenações e coimas	358
CAPÍTULO VIII Disposições finais	359
Tabelas das plantas, substâncias e preparações sujeitas a controlo	361
TOXICODEPENDÊNCIA – PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO E EXAMES PERICIAIS	
Portaria nº 94/96, de 26 de março	373
I Disposição geral	373
II Procedimentos de diagnóstico e exames periciais	374
III Intervenção dos serviços médico-legais, dos serviços de saúde especializados e de médicos na realização de perícias e de exames médicos e no tratamento de toxicodependentes	375
IV Limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações de consumo mais frequente e intervenção de entidades especializadas na realização do respectivo exame laboratorial	376
V Disposição final	377

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Lei nº 30/2000, de 29 de novembro	379
MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA Lei nº 36/94, de 29 de setembro	389
MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ECONÓMICO-FINANCEIRA Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro	393
CAPÍTULO I	393
CAPÍTULO II Segredo profissional	394
CAPÍTULO III Outros meios de produção de prova	396
CAPÍTULO IV Perda de bens a favor do Estado	397
SECÇÃO I Perda alargada	397
SECÇÃO II Perda de instrumentos	399
CAPÍTULO V Regime sancionatório	399
CAPÍTULO VI Disposições finais	400
REGIME PENAL DE CORRUPÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NO SETOR PRIVADO Lei nº 20/2008, de 21 de abril	401
CAPÍTULO I Disposições gerais	401
CAPÍTULO II Crimes	403
CAPÍTULO III Disposições finais	404
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO Lei nº 83/2017, de 18 de agosto	405
CAPÍTULO I Disposições gerais	405
SECÇÃO I Objeto e definições	405
SECÇÃO II Âmbito de aplicação	412
CAPÍTULO II Avaliação nacional de risco	417
CAPÍTULO III Limites à utilização de numerário	420
CAPÍTULO IV Deveres gerais	420
SECÇÃO I Disposição geral	420
SECÇÃO II Dever de controlo	421
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	421
SUBSECÇÃO II Disposições específicas	423

SUBSECÇÃO III Políticas de grupo	432
SECÇÃO III Dever de identificação e diligência	434
SUBSECÇÃO I Identificação e diligência normal	434
DIVISÃO I Disposições gerais	434
DIVISÃO II Beneficiários efetivos	438
SUBSECÇÃO II Medidas simplificadas	442
SUBSECÇÃO III Medidas reforçadas	444
SUBSECÇÃO IV Obrigação de atualização	447
SUBSECÇÃO V Execução por terceiros	448
SECÇÃO IV Dever de comunicação	450
SUBSECÇÃO I Comunicação de operações suspeitas	450
SUBSECÇÃO II Outras comunicações	451
SECÇÃO V Dever de abstenção e decisões de suspensão	452
SECÇÃO VI Outros deveres	454
SECÇÃO VII Proteção e tratamento de dados pelas entidades obrigadas	462
CAPÍTULO V Deveres específicos das entidades financeiras	464
SECÇÃO I Disposições gerais	464
SECÇÃO II Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo	466
SECÇÃO III Dever específico de identificação e diligência	466
SUBSECÇÃO I Contratos de seguros de vida	466
SUBSECÇÃO II Relações de correspondência	468
SECÇÃO IV Atividade em Portugal de entidades financeiras com sede no exterior	470
CAPÍTULO VI Deveres específicos das entidades não financeiras	471
SECÇÃO I Disposições gerais	471
SECÇÃO II Disposições específicas	472
SUBSECÇÃO I Jogos	472
SUBSECÇÃO II Profissões jurídicas	473
SUBSECÇÃO III Dissuasão da prática de atividade ilegal	474
CAPÍTULO VII Autoridades competentes	474
SECÇÃO I Autoridades competentes	474
SUBSECÇÃO I Autoridades judiciárias e policiais	474
SUBSECÇÃO II Unidade de Informação Financeira	475
SUBSECÇÃO III Autoridades setoriais	476
DIVISÃO I Setor financeiro	476
DIVISÃO II Setor não financeiro	478
DIVISÃO III Comunicação de atividades imobiliárias	480
DIVISÃO IV Entidades equiparadas a entidades obrigadas	480
SECÇÃO II Poderes das autoridades setoriais	480

SECÇÃO III Deveres das autoridades setoriais	484
SECÇÃO IV Supervisão das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica com sede noutro Estado membro da União Europeia	488
SECÇÃO V Denúncia de irregularidades	489
SECÇÃO VI Autorizações e avaliação da competência e idoneidade de órgãos sociais	490
CAPÍTULO VIII Informação e dados estatísticos	493
SECÇÃO I Informação	493
SECÇÃO II Recolha, manutenção e publicação	494
CAPÍTULO IX Cooperação	497
SECÇÃO I Cooperação nacional	497
SECÇÃO II Cooperação internacional	502
SUBSECÇÃO I Cooperação entre autoridades setoriais	502
DIVISÃO I Disposições gerais	502
DIVISÃO I Cooperação entre autoridades de supervisão do setor financeiro	506
SUBSECÇÃO II Cooperação entre Unidades de Informação Financeira	507
SUBSECÇÃO III Cooperação com as Autoridades Europeias de Supervisão e com o Banco Central Europeu	510
SUBSECÇÃO IV Cooperação entre a Unidade de Informação Financeira e a Comissão Europeia	510
CAPÍTULO X Entidades equiparadas a entidades obrigadas	511
SECÇÃO I Entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo	511
SECÇÃO II Organizações sem fins lucrativos	511
CAPÍTULO XI Medidas de execução do Regulamento (UE) 2015/847513	
CAPÍTULO XII Regime sancionatório	516
SECÇÃO I Ilícitos criminais	516
SECÇÃO II Ilícitos contraordenacionais	517
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	517
SUBSECÇÃO II Ilícitos em especial	520
SUBSECÇÃO III Disposições processuais	531
SUBSECÇÃO IV Recurso	535
SUBSECÇÃO V Outras disposições	535
SECÇÃO III Ilícitos disciplinares	537
CAPÍTULO XIII Alterações legislativas	537
CAPÍTULO XIV Disposições transitórias e finais	538

LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	
Lei nº 52/2003, de 22 de agosto	543
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
Lei nº 31/2004, de 22 de julho	549
CAPÍTULO I Disposições gerais	549
CAPÍTULO II Crimes	551
SECÇÃO I Crime de genocídio e crimes contra a humanidade	551
SECÇÃO II Crimes de guerra	553
SECÇÃO III Outros crimes	556
CAPÍTULO III Disposição comum	557
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES	
Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro	559
CAPÍTULO I Disposições gerais	559
SECÇÃO I Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas	559
SECÇÃO II Aquisição, detenção, uso e porte de armas	572
CAPÍTULO II Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção	576
SECÇÃO I Homologação, tipos de licença e atribuição	576
SECÇÃO II Cursos de formação e de actualização, exames e certificados	581
SECÇÃO III Renovação e caducidade das licenças	583
CAPÍTULO III Aquisição de armas e munições	584
SECÇÃO I Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas	584
SECÇÃO II Aquisição de munições	586
SECÇÃO III Aquisição por sucessão mortis causa e cedência por empréstimo	587
CAPÍTULO IV Normas de conduta de portadores de armas	588
SECÇÃO I Obrigações comuns	588
SECÇÃO II Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa	589
SECÇÃO III Proibição de detenção, uso e porte de arma	590
CAPÍTULO V Armeiros	591
SECÇÃO I Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação	591
SECÇÃO II Obrigações dos armeiros, registos e mapas	594
SECÇÃO III Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas	595

CAPÍTULO VI	Carreiras e campos de tiro	596
SECÇÃO I	Prática de tiro	596
SECÇÃO II	Atribuição de alvarás, sua cedência e cassação	597
CAPÍTULO VII	Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo	597
SECÇÃO I	Importação e exportação de armas e munições	597
SECÇÃO II	Transferência	601
SECÇÃO III	Cartão europeu de arma de fogo	603
CAPÍTULO VIII	Manifesto	604
SECÇÃO I	Marcação e registo	604
CAPÍTULO IX	Disposições comuns	605
CAPÍTULO X	Responsabilidade criminal e contra-ordenacional	609
SECÇÃO I	Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum	609
SECÇÃO II	Penas acessórias e medidas de segurança	612
SECÇÃO III	Responsabilidade contra-ordenacional	615
SECÇÃO IV	Regime subsidiário e competências	617
SECÇÃO V	Apreensão de armas e cassação de licenças	618
SECÇÃO VI	Operações especiais de prevenção criminal	620
CAPÍTULO XI	Disposições transitórias e finais	621
SECÇÃO I	Regime transitório	621
SECÇÃO II	Revogação e início de vigência	624
LEI DO CIBERCRIME		
Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro		627
CAPÍTULO I	Objecto e definições	627
CAPÍTULO II	Disposições penais materiais	628
CAPÍTULO III	Disposições processuais	631
CAPÍTULO IV	Cooperação internacional	636
CAPÍTULO V	Disposições finais e transitórias	640
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS		
Lei n.º 67/98, de 26 de outubro		643
CAPÍTULO I	Disposições gerais	643
CAPÍTULO II	Tratamento de dados pessoais	645
SECÇÃO I	Qualidade dos dados e legitimidade do seu tratamento	645
SECÇÃO II	Direitos do titular dos dados	648
SECÇÃO III	Segurança e confidencialidade do tratamento	651
CAPÍTULO III	Transferência de dados pessoais	653
SECÇÃO I	Transferência de dados pessoais na União Europeia	653
SECÇÃO II	Transferência de dados pessoais para fora da União Europeia	653

CAPÍTULO IV Comissão Nacional de Protecção de Dados	654
SECÇÃO I Natureza, atribuições e competências	654
SECÇÃO II Composição e funcionamento	657
SECÇÃO III Notificação	658
CAPÍTULO V Códigos de conduta	660
CAPÍTULO VI Tutela administrativa e jurisdicional	660
SECÇÃO I Tutela administrativa e jurisdicional	660
SECÇÃO II Contra-ordenações	661
SECÇÃO III Crimes	662
CAPÍTULO VII Disposições finais	664
LEI DE SAÚDE MENTAL	
Lei nº 36/98, de 24 de julho	667
CAPÍTULO I Disposições gerais	667
CAPÍTULO II Do internamento compulsivo	669
SECÇÃO I Disposições gerais	669
SECÇÃO II Dos direitos e deveres	670
SECÇÃO III Internamento	671
SECÇÃO IV Internamento de urgência	674
SECÇÃO V Casos especiais	675
SECÇÃO VI Disposições comuns	676
SECÇÃO VII Da natureza e das custas do processo	677
SECÇÃO VIII Comissão de acompanhamento	678
CAPÍTULO III Disposições transitórias e finais	679
SECÇÃO I Disposições transitórias	679
SECÇÃO II Disposições finais	679
PROCREIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	
Lei nº 32/2006, de 26 de julho	681
CAPÍTULO I Disposições gerais	681
CAPÍTULO II Utilização de técnicas de PMA	685
CAPÍTULO III Inseminação artificial	688
CAPÍTULO IV Fertilização <i>in vitro</i>	689
CAPÍTULO V Diagnóstico genético pré-implantação	690
CAPÍTULO VI Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	691
CAPÍTULO VII Sanções	693
SECÇÃO I Responsabilidade criminal	693
SECÇÃO II Ilícito contraordenacional	695
SECÇÃO III Sanções acessórias	695
SECÇÃO IV Direito subsidiário	696
CAPÍTULO VIII Disposições finais	696

LEI DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Lei nº 16/2007, de 17 de abril	697
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Portaria nº 741-A/2007, de 21 de junho	701
CAPÍTULO I Disposições gerais	701
CAPÍTULO II Estabelecimentos de saúde oficiais	704
CAPÍTULO III Estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos	704
CAPÍTULO IV Interrupção da gravidez por opção da mulher	705
CAPÍTULO V Interrupção da gravidez por grave doença ou malformação congénita do feto ou fetos inviáveis	707
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	707
 COLHEITA E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS DE ORIGEM HUMANA Lei nº 12/93, de 22 de abril	727
CAPÍTULO I Disposições gerais	727
CAPÍTULO II Da colheita em vida	729
CAPÍTULO III Da colheita em cadáveres	730
CAPÍTULO IV Disposições complementares	732
 PRINCÍPIOS DA VERIFICAÇÃO DA MORTE Lei nº 141/99, de 28 de agosto	733
 REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE COLHEITA DE TECIDOS OU ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE Portaria nº 31/2002, de 8 de janeiro	735
 REGISTO NACIONAL DE NÃO DADORES Decreto-Lei nº 244/94, de 26 de setembro	739
 LEI DA AMNISTIA Lei nº 29/99, de 12 de maio	745

SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro	7
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de dezembro	175
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro	193
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro	199
INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de janeiro	227
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS Lei nº 15/2001, de 5 de junho	263
CRIMES DA RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS Lei nº 34/87, de 16 de julho	317
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS Lei nº 50/2007, de 31 de agosto	331
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro	337

TOXICODPENDÊNCIA – PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO E EXAMES PERICIAIS Portaria nº 94/96, de 26 de março	373
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS Lei nº 30/2000, de 29 de novembro	379
MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA Lei nº 36/94, de 29 de setembro	389
MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ECONÓMICO-FINANCEIRA Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro	393
REGIME PENAL DE CORRUPÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NO SETOR PRIVADO Lei nº 20/2008, de 21 de abril	401
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO Lei nº 83/2017, de 18 de agosto	405
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO Lei nº 52/2003, de 22 de agosto	543
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO Lei nº 31/2004, de 22 de julho	549
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro	559
LEI DO CIBERCRIME Lei nº 109/2009, de 15 de setembro	627
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS Lei nº 67/98, de 26 de outubro	643

LEI DE SAÚDE MENTAL Lei nº 36/98, de 24 de julho	667
PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA Lei nº 32/2006, de 26 de julho	681
LEI DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Lei nº 16/2007, de 17 de abril	697
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ Portaria nº 741-A/2007, de 21 de junho	701
COLHEITA E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS DE ORIGEM HUMANA Lei nº 12/93, de 22 de abril	727
PRINCÍPIOS DA VERIFICAÇÃO DA MORTE Lei nº 141/99, de 28 de agosto	733
REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE COLHEITA DE TECIDOS OU ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE Portaria nº 31/2002, de 8 de janeiro	735
REGISTO NACIONAL DE NÃO DADORES Decreto-Lei nº 244/94, de 26 de setembro	739
LEI DA AMNISTIA Lei nº 29/99, de 12 de maio	745
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO PENAL	751
ÍNDICE-SUMÁRIO	765
SUMÁRIO	779